



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY**

PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



**PROJETO DE LEI**

**Institui a Política Municipal de Incentivo, Ordenamento e Regulamentação da Prática de Esportes Náuticos no Município de Paraty e dá outras providências.**

PROJETO DE LEI Nº XXXX/2025

**Institui a Política Municipal de Incentivo, Ordenamento e Regulamentação da Prática de Esportes Náuticos no Município de Paraty e dá outras providências.**

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Incentivo, Ordenamento e Regulamentação da Prática de Esportes Náuticos, no âmbito de clubes esportivos, escolas náuticas, associações e projetos sociais ou comerciais estabelecidos no Município de Paraty, com o objetivo de garantir a segurança, a sustentabilidade ambiental e a organização das atividades náuticas esportivas e recreativas.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se esportes náuticos, prioritariamente, a canoa havaiana, o caiaque e a vela, sem prejuízo de outras modalidades de embarcações não motorizadas ou de propulsão humana ou eólica.

Art. 2º São objetivos da política instituída por esta Lei:

- I – fomentar a prática segura e ordenada de esportes náuticos;
- II – garantir a segurança de praticantes, banhistas e demais usuários da orla e das águas;
- III – promover o turismo náutico sustentável e de baixo impacto ambiental;
- IV – incentivar a formação de atletas e a inclusão social por meio do esporte;
- V – preservar o meio ambiente, o patrimônio natural e a paisagem cultural de Paraty;
- VI – democratizar o acesso às praias e águas públicas;
- VII – regulamentar o uso da orla marítima, conciliando esportes náuticos, pesca artesanal, turismo e demais usos coletivos.

Art. 3º A prática de esportes náuticos organizada por clubes, escolas e projetos sociais no Município de Paraty deverá observar as seguintes condições:

- I – as embarcações deverão estar em condições de segurança, devidamente cadastradas na Prefeitura e, quando exigível, registradas perante a Capitania dos Portos;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY**  
**PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL**



II – é obrigatório o uso de colete salva-vidas ou dispositivo de flutuação aprovado pela autoridade competente;

III – as atividades deverão respeitar as áreas delimitadas e sinalizadas pelo Município em conjunto com a autoridade marítima;

IV – é vedada a permanência prolongada de embarcações na faixa de areia, salvo o tempo estritamente necessário para embarque e desembarque.

Art. 4º Os instrutores, guias, monitores ou profissionais responsáveis pela condução de atividades náuticas coletivas deverão:

I – possuir cadastro válido junto à Secretaria Municipal de Esportes ou órgão equivalente;

II – comprovar formação específica na modalidade ministrada (canoa havaiana, caiaque ou vela);

III – possuir certificação em primeiros socorros e salvamento aquático expedida por instituição reconhecida;

IV – apresentar regularidade profissional, quando aplicável, perante conselho ou federação esportiva.

Art. 5º As empresas, clubes, associações ou coletivos que atuem com esportes náuticos deverão:

I – obter alvará de funcionamento perante a Prefeitura Municipal;

II – manter cadastro atualizado junto à Secretaria Municipal de Esportes e Turismo;

III – comprovar manutenção periódica das embarcações e equipamentos de segurança;

IV – disponibilizar obrigatoriamente coletes salva-vidas em quantidade compatível com a lotação das embarcações.

Art. 6º Ficam estabelecidas áreas específicas para embarque e desembarque de embarcações náuticas, observadas as seguintes diretrizes:

I – em praias ou pontos de acesso com fluxo superior a 10 (dez) praticantes por grupo, deverá ser destinada área exclusiva e sinalizada para entrada e saída de embarcações;

II – É vedada a permanência prolongada de embarcações na faixa de areia. Entende-se por permanência prolongada o tempo que exceder o necessário para embarque e desembarque, salvo autorização especial para eventos previamente autorizados.

III – A Prefeitura, em conjunto com a Capitania dos Portos e com participação pública, delimitará e sinalizará áreas específicas de entrada e saída para embarcações, observando: largura mínima de passagem, marcação de faixa de uso e sinalização para banhistas.

Art. 7º. É vedada a prática de atividades que possam causar dano a manguezais, restingas, bancos de vegetação ou locais de desova de fauna, assim identificados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 8º. Atividades em zonas ambientalmente sensíveis dependerão de licenciamento ambiental prévio e condicionantes específicos.

Art. 9º Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, à Secretaria de Esportes e Turismo, e à Capitania dos Portos, quando couber, a fiscalização do cumprimento desta Lei.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY**

PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



Art. 10º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções previstas na legislação federal e estadual:

- I – advertência por escrito;
- II – multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) UFIRMs;
- III – apreensão da embarcação ou equipamento;
- IV – suspensão temporária ou cassação do alvará de funcionamento.

Parágrafo único. A aplicação das penalidades observará processo administrativo regular, assegurado o direito de defesa e contraditório.

Art. 11º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, podendo celebrar convênios com órgãos federais e estaduais, bem como com entidades náuticas locais.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

Paraty, cidade reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial, possui vocação natural para os esportes náuticos, em especial a canoa havaiana, o caiaque e a vela, modalidades que promovem saúde, lazer, turismo sustentável e inclusão social.

Sem regulamentação, tais práticas podem gerar riscos à segurança de banhistas bem como aos praticantes de esportes náuticos, conflitos de uso da orla e danos ambientais.

Este Projeto de Lei busca ordenar tais atividades, garantindo segurança jurídica aos clubes e projetos, valorizando o voluntariado e o empreendedorismo responsável, e fomentando o turismo esportivo de qualidade.

A proposta está em consonância com a Constituição Federal (art. 225 – meio ambiente equilibrado), com a Legislação Municipal e com as , assegurando que o desenvolvimento esportivo se dê em harmonia com a preservação ambiental e a tradição cultural de Paraty.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2025.

**Eric da Silva Porto**  
**Eric Porto**  
**Vereador(a)**

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3600380034003800310034003A005000

Assinado eletronicamente por **Eric da Silva Porto** em 18/09/2025 12:27

Checksum: **FB98FED06D32B96AE6B3FC52F5CBF301C2B0ABEB8102E7B9F2C04E78798C7AE1**